

Exmo. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A proposta do Governo para o Orçamento do Estado para 2010 tem três marcas fundamentais: a prioridade dada ao emprego; o reforço das políticas sociais; o reforço do rigor, para defender a sustentabilidade da segurança social.

Representa um exercício de conjugação da resposta aos iniludíveis imperativos de responder aos impactos sociais e económicos da crise internacional que estamos a viver com a inescapável restrição orçamental. O nosso país vinha enfrentando com determinação e com sucesso os seus défices estruturais, e começava a ter resultados positivos, mas as consequências da forte crise que vivemos teve claras consequências nos equilíbrios económicos e sociais que vínhamos construindo.

Estamos, pois, perante um duplo condicionamento: a necessidade de rigor e selectividade na afectação dos meios disponíveis às prioridades políticas com a conjugação da resposta aos problemas de curto prazo e a criação de condições propiciadoras da superação dos défices e dos constrangimentos estruturais do país a médio e a longo prazo.

São estes os pressupostos que enformam a proposta de Orçamento do Estado para 2010.

Naturalmente, as políticas sectoriais a cargo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social não são nem podem ser excepção a estes pressupostos e a esta lógica.

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Já tive ocasião de explicitar nesta Assembleia da República as prioridades políticas do ministério a meu cargo na actual situação.

A proposta de Orçamento de Estado para 2010 apresentam as linhas essenciais das políticas públicas a desenvolver durante o próximo ano, nas áreas do emprego e das políticas sociais.

Os objectivos do Governo são claros:

- Salvar todos os empregos viáveis que forem possível salvar; criar e ajudar a criar tantos empregos quanto for possível, porque a nossa primeira prioridade é o apoio ao emprego. E nesse sentido pretendemos caminhar para um novo pleno emprego, com menos empregos precários, com

menor segmentação dos mercados de trabalho e com maior equidade no mundo trabalho;

- Proteger as famílias, crianças e jovens, os idosos, as pessoas com deficiência ou incapacidades, os desempregados, não só para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, mas porque pretendemos criar as bases para um futuro melhor, para uma maior competitividade da nossa economia e para promover o desenvolvimento da inclusão, da cidadania e da justiça social;
- Prosseguir a política de combate à fraude e recuperação de dívidas, porque entendemos que se existem direitos que devem ser respeitados também existem deveres relativamente ao Estado, para que possamos seguir a via da sustentabilidade e de consolidação do nosso sistema de protecção social.
- Enfrentar os novos desafios que se colocam ao país no domínio das relações laborais, porque pretendemos promover o trabalho digno, a segurança e a saúde no trabalho, o combate ao trabalho não declarado e irregular.

Permitam-me que saliente alguns dos objectivos acima mencionados. Em primeiro lugar, o apoio ao emprego e formação profissional. As prioridades do Governo centram-se no:

- Apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho, através do alargamento dos programas de estágio e de apoios à contratação de jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade, jovens com qualificação de nível secundário, jovens à procura do primeiro emprego ou jovens desempregados;
- Apoio à manutenção e promoção de emprego e combate ao desemprego, incluindo nas micro e pequenas empresas, a par da promoção das qualificações dos trabalhadores, de medidas específicas para trabalhadores desempregados não subsidiados ou ainda dos beneficiários de prestações sociais, com o claro objectivo de manter o maior número de empregos possíveis mas também de manter em contacto com o mercado de trabalho as pessoas mais desfavorecidas;
- Reforço das qualificações tanto das pessoas que se encontram no activo, como dos beneficiários de prestações sociais ou ainda das pessoas com deficiência. Esta é uma verdadeira aposta de futuro, que permitirá ultrapassar o défice de qualificações que tem existido na nossa

sociedade e que tão pernicioso é para o desenvolvimento da nossa competitividade.

Em 2010, o nosso objectivo é contribuir para manter viáveis mais de meio milhão de postos de trabalho e abranger mais de 760 mil pessoas em medidas de apoio ao emprego.

Mas este esforço na área do emprego não levou o governo a reduzir os seus esforços no âmbito das políticas sociais. Pelo contrário, reforçamos as políticas sociais quando elas são mais necessárias, reforçando o apoio às famílias, e não abdicamos de as aliar às políticas de emprego, promovendo o reforço e as sinergias mutuas.

Gostaria de salientar nesta área:

- A entrada em funcionamento de equipamentos sociais, com a respectiva celebração dos acordos de cooperação e a criação de um número importante de postos de trabalho permanentes. Estamos assim perante a dupla função de resposta a necessidades sociais das famílias e dos principais beneficiários como também da criação de emprego, tão importante a nível local;
- O alargamento das bolsas de estudo para os jovens que frequentem o 10º ano de escolaridade obrigatório e para os que tenham transitado com sucesso para o 11º ano, sendo

este um claro investimento de futuro não só nas qualificações dos nossos jovens, mas também no aproveitamento escolar, com os consequentes resultados positivos a longo prazo, não só para as pessoas, como para a economia e para a sociedade;

- O alargamento dos contratos locais de desenvolvimento social a novos territórios, promovendo o reforço da coesão territorial e social, bem como a cooperação com as autarquias e as organizações da sociedade civil;
- O alargamento do número de idosos beneficiários do CSI e ainda do reforço do programa de conforto habitacional para pessoas idosas;
- Ou ainda o reforço do rigor na atribuição e avaliação de recursos no RSI, bem como a grande aposta na inserção dos beneficiários em idade activa, sendo este um objectivo claro e inequívoco do governo, quando se propõe passar de 70 para 100.000 o número de beneficiários envolvidos em planos e acções de activação e de inserção.

Esta é claramente uma marca de um governo socialista. Aliar solidariedade para com os mais necessitados, com rigor e fiscalização nas prestações e com medidas conducentes ao

aumento da inclusão económica e social das portuguesas e dos portugueses.

O financiamento e a sustentabilidade da segurança social são preocupação constante do governo. Foi um governo do PS que, com o propósito de defender a segurança social pública, procedeu à sua reforma estrutural, tirando-a da situação de alto risco. Num contexto de crise, a segurança social cumpriu cabalmente o seu papel: apoiou quem mais necessitava, mantendo as suas contas positivas. Disse claramente presente, mas afinal é para isso que existe. Mas temos de continuar os nossos esforços e caminhar para uma situação mais confortável no médio e no longo prazo. Ao mesmo tempo, continuaremos a defender a segurança social dos ataques cíclicos a que está sujeita, sobretudo porque estamos convencidos de que o seu comportamento nesta crise demonstrou bem o acerto das escolhas feitas: manter a segurança social pública e solidária.

E também nos permitiu fazer escolhas rigorosas e responsáveis no passado recente, por exemplo, ao termos aumentado em termos reais as pensões mais baixas em 2010 e ao termos decidido que esse aumento seria suportado pelo OE e não pela Segurança Social.

E por essa razão, o terceiro grande objectivo do Governo é, como já afirmei, uma forte aposta no combate à fraude e à

recuperação de dívidas. Estes são fenómenos que penalizam toda a sociedade e que devem ser erradicados de uma vez por todas. E nesta área a nossa acção será dupla: celebrar novos acordos prestacionais com as empresas com vista à recuperação de dívidas à segurança social e maior rigor nos beneficiários de prestações sociais. Depois de quase termos triplicado o número de juntas médicas, pretendemos atingir os 100% de fiscalização às baixas superiores a 30 dias. Depois de termos duplicado a fiscalização no RSI, pretendemos chegar às 40.000 famílias fiscalizadas. Procederemos ainda, numa acção articulada entre a Autoridade para as Condições de Trabalho e o Instituto Segurança Social, à fiscalização de 20% das empresas que recorreram ao lay-off, (o que contabiliza cerca de 400 empresas).

Um último exemplo, para ilustrar a forte aposta do governo na promoção de relações laborais de maior qualidade, de promoção do aumento da qualidade do emprego e da vida no trabalho, bem como na promoção de uma cultura de rigor e de respeito pela legislação laboral e pelas convenções colectivas. O forte reforço dos recursos humanos da ACT em muito contribuirá para este objectivo, bem como a realização do Inquérito nacional das condições de trabalho.

No seu conjunto, as políticas públicas sociais a desenvolver no quadro do orçamento do estado para 2010 permitirão, estou

certa, limitar o crescimento do desemprego e iniciar a sua redução sustentada ao longo da legislatura, conforme prevêm a generalidade das organizações internacionais especializadas e a União Europeia, promover o emprego, proteger os mais necessitados e continuar a contribuir para o reforço da coesão social e territorial.

Estou bem consciente, senhoras e senhores Deputados, de que se trata de enfrentar desafios difíceis num contexto muito complexo e muito exigente.

No conjunto, os recursos constantes da proposta de Orçamento do Estado para o ano em curso permitirão que Portugal e os portugueses acabem ao ano em curso melhor preparados para enfrentar a crise actual e para ultrapassar os constrangimentos estratégicos do desenvolvimento estrutural do país do que estavam no início da crise internacional.

Fico à disposição das senhoras e dos senhores Deputados para responder às questões que queiram colocar.

Muito obrigada pela vossa atenção.